

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



IBÉRIA

VOLUME 31, 2010

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**NA CASA DE AFONSO X
O REI, A CORTE E OS TROVADORES**
(abordagem preliminar)**

1. D. Afonso X faleceu em Sevilha a 4 de Abril de 1284, depois de um largo período em que viveu na sombra do pai, D. Fernando III, e de um algo agitado e atormentado governo de cerca de 32 anos⁽¹⁾.

Dos seus anos iniciais de infante estamos condenados a quase nada saber. Nascido em Toledo pelos finais de 1221, terá sido amamentado por Urraca Peres, sendo depois entregue aos cuidados de Garcia Fernandes de Villamayor, mordomo de sua avó D. Berenguela. Recordará mais tarde que foi criado em Villaldemiro e Celada, nas margens do rio Arlanzón próximo de Burgos. Em 1231, a doação de uma herdade em

* Faculdade de Letras Universidade de Coimbra.

** Trabalho integrado no projecto de investigação HUM 2007-61790/FILO ("La lírica gallego-portuguesa en la corte de Alfonso X. Autores y textos") dirigido pela prof. Pilar Lorenzo Gradin (USC) e financiado pelo MEC espanhol (Dirección General de Investigación) e pelo FEDER.

⁽¹⁾ No último quarto de século, depois da reedição do importante estudo de Antonio Ballesteros Beretta, *Alfonso X el Sábio*, Barcelona, El Albir, 1984 (1ª ed., 1963) multiplicaram-se os trabalhos sobre este monarca. Mencionem-se, entre as biografias mais recentes, as de Manuel González Jiménez, *Alfonso X el Sábio*, Barcelona, Ariel, 2004; Joseph F. O'Callaghan, *El Rey Sábio. El reinado de Alfonso X de Castilla*, Sevilha, 1996; e H. Salvador Martínez, *Alfonso X el Sábio. Una biografía*, Madrid, Ediciones Polifemo, 2003.

Portillo a Urraca Peres selava, talvez, este período inicial da sua vida⁽²⁾. Um período marcado, como vemos, por uma presença constante em terras castelhanas, num contexto em que Afonso era apenas o herdeiro do reino de Castela.

Em 1230, porém, a união definitiva de Castela e de Leão alteraria por completo a vida do infante. No ano seguinte, em vez de ter acompanhado D. Álvaro Peres de Castro numa incursão militar a Jerez⁽³⁾, quando tinha somente 10 anos de idade, terá, pelo contrário, acompanhado o pai no reconhecimento dos territórios leones e galego, tarefa que o rei somente completaria em 1232 com estadias alargadas nas principais cidades galegas. O Infante tomava um primeiro contacto com uma região que seguramente continuaria a frequentar, como pode depreender-se do facto de ter estado ligado à tenencia do Burgo de Ribadavia e, também, da ambiência galega de alguns dos cantares mais antigos que compôs⁽⁴⁾. Sobre a sua formação, que decorreria por esta altura, estamos condenados, de momento, a meras projecções. Não hesitou fazê-las Salvador Martínez na sua biografia do Sábio, em capítulo autónomo iniciado por larga digressão sobre o clerical programa educativo das artes liberais⁽⁵⁾. Mas, independentemente da formação adquirida, são inegáveis as preocupações culturais de D. Afonso, manifestadas a partir dos finais dos anos trinta, não apenas com a sua produção trovadoresca, mas também com as primeiras traduções que incentivou e incidiram sobre matérias tão diversificadas como a caça, a literatura sapiencial ou matérias científicas⁽⁶⁾.

Estas primícias culturais eram acompanhadas pela chegada à vida adulta e pela pressão crescente das tarefas militares. Iniciadas muito provavelmente com a submissão das povoações da região ao Sul de

(2) M. González Jiménez, *ob. cit.*, pp. 17-18.

(3) Cf. Diego Catalan Menéndez Pidal, "El taller historiográfico alfonsí (Métodos y problemas en el trabajo compilatorio)", *La Estoria de España de Alfonso X. Creación y evolución*, Madrid, 1992, pp. 50-51.

(4) A. Resende de Oliveira, "D. Afonso X infante e trovador 2. A produção trovadoresca" (no prelo).

(5) H. Salvador Martínez, *ob. cit.*, cap. II.

(6) Diego Catalan sugere que na educação dos filhos de Fernando III terá pesado a tradição germânica trazida por D. Beatriz, associando a ela, de algum modo, todo o projecto cultural afonsino. Cf. Diego Catalan Menéndez Pidal, "Alfonso X historiador", *ob. cit.*, p. 15 ss.

Córdoba, na sequência da tomada deste importante centro muçulmano⁽⁷⁾, continuaram ao longo da década seguinte com a ocupação do reino de Múrcia e as conquistas de Jaén e de Sevilha, bem como com uma incursão a Portugal em apoio de D. Sancho II. Nesta última, eram também as preocupações políticas a imporem-se nas relações com os reinos vizinhos, depois do acordo estabelecido com o rei D. Jaime I quanto à fronteira entre Aragão e Castela em terras murcianas⁽⁸⁾.

A partir de 1 de Junho de 1252 inicia o período da governação. Com as conquistas dos anos quarenta o reino alargara-se, mais uma vez, incluindo agora boa parte da Andaluzia. Perante os reinos de Portugal e de Aragão, que ocupavam estreitas faixas a Ocidente e Oriente da Península, o reino castelhano-leonês adquirira uma dimensão que permitiria ao respectivo governante alimentar sonhos de maior hegemonia peninsular. O importante nos inícios do reinado parecia ser, no entanto, a estabilização da zona andaluza recém-conquistada, onde Afonso X se demora. Mas a supremacia perante Portugal e as ameaças a Navarra detectam-se nos tratados então celebrados, quer com Portugal, quer com a Inglaterra⁽⁹⁾. E de dentro do território chegavam, enfim os primeiros sinais do difícil relacionamento com a nobreza, na forma do conflito armado com uma facção nobiliárquica da qual emergiam as figuras de D. Diego Lopes de Haro e do infante D. Henrique. Os problemas eram, como se vê, sobretudo internos, e a tentativa de reorganização político-administrativa do reino mereceria, portanto, uma parte não menosprezável do seu esforço compilatório, com projectos legislativos dos quais sobressaem o *Fuero real*, o *Espéculo* e o *Libro del fuero e de las leyes*, este último o primeiro ensaio do que virão a ser as *Siete partidas*.

Estes acontecimentos, que definiriam porventura algumas das principais linhas de força da acção do monarca no futuro, seriam ultrapassados

⁽⁷⁾ Derek W. Lomax, *La Reconquista*, Barcelona, Editorial Critica, 1984, p. 192.

⁽⁸⁾ Para este período da vida do infante vejam-se os capítulos correspondentes das obras de González Jiménez e Salvador Martínez antes mencionadas, e Miguel Rodríguez Llopis, "El infante Don Alfonso (1221-1252)", in *idem*, (coord.), *Alfonso Xy su Época. El siglo del Rey Sábio*, Barcelona, 2001, pp. 47-65.

⁽⁹⁾ As relações com Portugal foram avaliadas em José Mattoso, "As relações de Portugal com Castela no reinado de Afonso X o Sábio", *Fragments de uma Composição Medieval*, Lisboa, Estampa, 1987, pp. 73-94 (reed. em *Obras Completas*, vol. 6, Lisboa, 2001, pp. 59-77). Um balanço mais recente encontra-se em M. González Jiménez, *ob. cit.*, pp. 52-58.

pelas expectativas criadas em 1256 com a hipótese de ascensão ao trono imperial. A presença em Castela, em Março de 1256, de uma embaixada da república de Pisa manifestando-lhe o seu apoio na corrida à eleição na sequência da morte de Guilherme da Holanda, iniciaria uma nova trajectória na vida de Afonso X que, ao longo de cerca de duas décadas, reorientar-la os seus esforços (e muitos rendimentos) em direcção a esse objectivo. 1256 surgia, assim, como terceira data charneira na vida do Sábio, pondo em causa um percurso orientado até então para questões peninsulares e que só indirectamente se afastara delas no projecto de cruzada no Norte de África, acalentado desde os tempos de Fernando III⁽¹⁰⁾ 11. A partir de 1257, ano da sua eleição como Imperador pelos príncipes alemães - passando a faltar apenas a tão desejada confirmação papal -, as diferentes frentes político-administrativas, diplomáticas e militares em que se envolvera nos primeiros anos continuaram a fazer o seu caminho. Mas, subordinando-se aos novos objectivos traçados e beneficiando de uma atenção porventura mais conjuntural, acabaram por conhecer diferentes percursos. Assim, enquanto o projecto africano era posto em causa após o fracasso da expedição contra Salé em 1260, as dificuldades da estabilização das terras andaluzas recém-conquistadas manifestavam-se em toda a sua extensão em 1264, com a revolta do Sul do reino apoiada pelos benimerines africanos. Estes acontecimentos exigiram uma atenção redobrada do rei ao longo de toda a década de sessenta, nos planos militar, administrativo e do repovoamento, contexto que permitiu ao rei português a obtenção do Algarve e a libertação da teia vassálica que D. Afonso X lhe lançara ao casá-lo com sua filha D. Beatriz. Seria ainda nos finais da década que voltaria a manifestar-se o descontentamento nobiliárquico, agora mais persistente porquanto regressaria três anos depois nas Cortes de Burgos de 1272. Na urgência de efectuar a entrevista solicitada então ao Papa na tentativa de fazer valer os seus direitos ao Império, D. Afonso X acabou por ceder em toda a linha às reivindicações da nobreza, verificando-se, segundo González Jiménez, "la renuncia formal por parte de Alfonso X a una serie de planteamientos y de ideas defendidos con fuerza desde el comienzo mismo de su reinado"⁽¹¹⁾. Por outras palavras, o Império acabara por

⁽¹⁰⁾ Para os preparativos da acção africana nos inícios do reinado veja-se M. González Jiménez, *ob. cit.*, pp. 107-109.

⁽¹¹⁾ M. González Jiménez, *ob. cit.*, p. 277.

se manifestar como um obstáculo aos projectos de reforma acalentados pelo rei nos inícios da sua governação.

Talvez sintomaticamente, este longo período de espera pela ratificação da eleição imperial ficaria marcado a nível cultural, de acordo com as cronologias propostas para as obras resultantes do trabalho das equipas reunidas pelo monarca, por um certo retrocesso da actividade que tinha animado os inícios do reinado. Na realidade, essa actividade diminui claramente a partir de 1256, somente tendo sido retomada com carácter mais sistemático a partir de 1270 com o arranque da produção historiográfica⁽¹²⁾. De permeio, para além da conclusão de projectos científicos iniciados talvez em meados da década de cinquenta, apenas merecerá realce uma primeira recolha de composições para o projecto que se concluirá com a produção dos cancioneiros das Cantigas de Santa Maria⁽¹³⁾.

Com o fatídico ano de 1275 entramos numa última fase da vida de Afonso X. Foi, em primeiro lugar, o ano que marcou o fim da ilusão da chefia do Império, após a entrevista com o Papa em Beaucaire, e, conseqüentemente, o regresso ao território peninsular como espaço maior das suas preocupações, espaço que procurara conciliar com a gestão das expectativas imperiais a partir de 1256. Mas foi também o ano da morte do herdeiro, D. Fernando de la Cerda, quando se dirigia para a Andaluzia tentando fazer frente a uma invasão dos benimerines, com as pesadas consequências que acarretou. Com efeito, tal facto fez com que, inviabilizada, por um lado, a sucessão imperial, se impusesse com toda a sua crueza, a questão da sucessão do reino: esta deveria ser assegurada pelo irmão mais velho, ou, de acordo com um princípio acabado de ser acolhido na Partida II, pelo filho do falecido herdeiro? Nos anos subsequentes, as sucessivas indecisões do monarca,

ai) para a cronologia das obras saídas dos *scriptoria* de D. Afonso X vejam-se as entradas respectivas em Carlos Alvar e José Manuel Lucía Megías (ed.), *Diccionario Filológico de Literatura Medieval Española. Textos y transmisión*, Madrid, Editorial Castalia, 2002, pp. 1-86.

⁽¹³⁾ Embora estejamos longe de chegar a uma cronologia definitiva para o projecto das *Cantigas de Santa Maria* e sua concretização prática através dos cancioneiros, pensa-se que a primeira recolha de materiais se terá efectuado já nos últimos anos da década de sessenta. Uma resenha de algumas propostas de datação mais recentes encontra-se em Elvira Fidalgo (coord.), *As Cantigas de Loor de Santa Maria*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2003, pp. 28-32.

agravadas porventura pela persistência dos problemas de saúde que o atormentavam desde os anos sessenta⁽¹⁴⁾ ¹⁵, não contribuíram para aquietar os ânimos dos principais intervenientes e respectivos apoios. Os resultados são bem conhecidos: deposição do rei a 21 de Abril de 1282 numa assembleia reunida em Valhadolide; e o deserdamento do infante D. Sancho a 9 de Novembro do mesmo ano, a partir de Sevilha, onde D. Afonso passaria os últimos anos, abandonado por familiares e por uma parte significativa das forças do reino.

É a esta última fase da sua vida, em que progressivamente vai perdendo o controle do território, que tem sido ligado um novo impulso cultural importante. Ter-se-á manifestado após os achques que o apoquentaram pelo menos desde finais dos anos sessenta e dele fazem parte não somente as grandes obras historiográficas que nos legou, a *Estoria de España* e a *General estoria*, mas também a nova sistematização jurídica das *Siete partidas* e a reorganização da produção científica dos anos cinquenta em compilações mais alargadas, onde se destaca o *Eibro del saber de astrologia*⁽¹⁵⁾. Entre as obras concluídas já nos anos oitenta encontrar-se-ão, enfim, as *Cantigas de Santa Maria*, compilação produzida, na sua maior parte, ao longo dos anos setenta. Mereceu, com o *Setenario* - o único deixado explicitamente ao herdeiro -, uma referência no segundo testamento do monarca⁽¹⁶⁾.

2. Num reinado com o perfil político e cultural que procurámos sintetizar, salientando os sucessivos desafios com que Afonso X se viu confrontado e que permitiram concretizar uma periodização da vida do infante e, posteriormente, do rei, que lugar restaria para os trovadores?

A avaliar pelos diferentes balanços que têm sido feitos no último meio século sobre a actividade do monarca, diríamos que quase nenhum. Na verdade, apesar dos progressos verificados no conhecimento do reinado de D. Afonso X e das investigações desenvolvidas quanto à actividade cultural que manteve ao longo do seu reinado, a faceta trovadoresca, já o assinalámos, não mereceu uma particular atenção na

(14) H. Salvador Martínez, *ob. cit.*, cap. VIII.

(15) Cf. C. Alvar e José Manuel Lucía Megías, *ob. cit.*

(16) M. González Jiménez (ed.), *Diplomatario Andaluz de Alfonso X*, Sevilha, EI Monte y Caja de Huelva y Sevilla, 1991, doc. 521 (p. 560, para a referência aos *Libros de los Cantares de los Miraglos e de Loor de Sancta Maria* e ao *Setenario*).

hora das sínteses. Reportando-me a dois dos exemplos mais recentes, os das obras de González Jiménez e de Salvador Martínez, verificamos que o primeiro, dedicando três páginas à actividade trovadoresca da corte, cita apenas Menéndez Pidal e Martin de Riquer - não estando em causa aqui, naturalmente, a grande qualidade da obra destes autores -, enquanto o segundo, citando abundantemente alguma bibliografia mais recente, acaba por não a utilizar para um esclarecimento mais cabal do ambiente trovadoresco afonsino⁽¹⁷⁾. Um menor investimento na temática justificará também algumas conclusões contraditórias: enquanto Jiménez considera que os autores galego-portugueses relegaram os provençais para um plano secundário, Martínez, baseando-se numa célebre composição do rei contra Pero da Ponte, acentua, pelo contrário, a preferência pelos provençais⁽¹⁸⁾.

Vistas a partir da investigação sobre os trovadores e o meio trovadoresco peninsular, estas sínteses parecem não fazer justiça aos esclarecimentos trazidos ao meio trovadoresco afonsino nas últimas décadas por alguns autores, dos quais seria injusto não mencionar Carlos Alvar, Vicente Beltrán, Valeria Pizzorusso, Paredes Núñez e, num período anterior, Sívio Pellegrini⁽¹⁹⁾. Mas a riqueza do reinado do Sábio talvez nos obrigue a ser menos exigentes para com a menor atenção dedicada aos estudos sobre a sua faceta e mecenato trovadorescos, tanto mais que, por outro lado, se mantêm dúvidas quanto à interpretação de alguns cantares ou o deficiente enquadramento de outros, ou continuam a faltar noções claras quer quanto à cronologia de composições e ciclos satíricos, quer quanto aos ritmos de produção do legado trovadoresco saído da corte.

⁽¹⁷⁾ M. González Jiménez, *Alfonso X el Sabio*, pp. 433-436; H. Salvador Martínez, *oh. cit.*, pp. 241-243.

⁽¹⁸⁾ A comparação das biografias mais recentes com a obra já clássica de Ballesteros Beretta, no que ao tratamento do meio trovadoresco diz respeito, revela que este autor esteve bem mais atento à presença dos trovadores e jograis na corte do Sábio.

⁽¹⁹⁾ Para a obra destes investigadores relativa à produção de Afonso X veja-se a bibliografia de Juan Paredes, *El Cancionero Profano de Alfonso X el Sábio*, Santiago de Compostela, 2010.

Sem a possibilidade de uma abordagem global dos problemas mencionados, proponho-me começar pela identificação do território trovadoresco em causa, isto é, a corte e os paços do infante e monarca, efectuando, depois, uma primeira avaliação da presença trovadoresca nessa corte.

É conhecido o nomadismo dos estratos mais elevados da sociedade medieval, e, em primeiro lugar, do próprio rei e do seu círculo mais chegado. Por razões militares, políticas ou outras mais conjunturais, o rei governava deambulando pelo território acompanhado pelo seu séquito que, para além da família régia e dos principais funcionários da corte, incluiria um pequeno acompanhamento militar, altas dignidades eclesiásticas e civis e todo um corpo de serventuários encarregados de fornecer o suporte logístico deste vasto grupo em movimento⁽²⁰⁾. Se os efectivos da corte portuguesa da altura se poderiam aproximar dos quinhentos elementos⁽²¹⁾, é de prever que os números da corte castelhana fossem algo superiores. Neste contexto se definiriam os encontros com os reis de territórios vizinhos, se preparariam as acções militares a desenvolver na fronteira muçulmana ou em outras incursões exigidas pelas circunstâncias, se escolheriam os locais adequados à recepção de entidades estrangeiras, etc.

Apesar desta itinerância, comum a todos os governos medievais, os monarcas dispunham de alguns centros urbanos que frequentavam mais assiduamente em virtude do respectivo papel na consolidação da dinastia ou da qualidade das acomodações que aí possuíam. Até meados do século XIII, em Castela, esses locais mais marcados pela presença régia eram Burgos e Toledo, aos quais se agregaram, a partir de meados do século, algumas cidades entretanto conquistadas como Sevilha, Córdova ou mesmo Múrcia.

Até 1240, ano em que o pai lhe dá uma maior autonomia, transferindo para ele os rendimentos de algumas povoações leonesas - o que lhe

⁽²⁰⁾ À itinerância das cortes ibéricas medievais dedicou o seu n° 8 (Dez. 2009) a revista electrónica *e-Spania. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales*.

⁽²¹⁾ Iria Gonçalves, pensando no monarca que casara com D. Beatriz, filha bastarda do Sábio, considera apenas razoáveis estes números. Cf. Iria Gonçalves, "Alguns aspectos da visita régia ao entre Cávado e Minho, no século XIII", *Estudos Medievais*, vol. 10, 1993, p. 46.

permitiria manter casa e séquito -, é-nos quase completamente vedado o conhecimento do percurso do infante D. Afonso. Podemos admitir, no entanto, baseados em algumas referências das suas composições mais antigas e na tenencia do Burgo de Ribadavia que lhe aparece associada a partir de 1240, que os últimos anos da década anterior os terá passado, pelo menos parcialmente, no Sul da Galiza, onde terá contactado, pela primeira vez, com o movimento trovadoresco galego-português⁽²²⁾. Relembra aqui apenas os primeiros sinais da presença destes trovadores na corte castelhana, através de Pero da Ponte e dos seus prantos, facto que ocorria concomitantemente com o regresso dos trovadores provençais a Castela, de acordo com as datas aproximadas propostas para a presença no território de Aimeric de Belenoi ou de Peire Bremon Ricas Novas⁽²³⁾.

Ligado, na sequência da tomada de Córdoba, às tarefas da reconquista, podemos seguir mais de perto o percurso do príncipe Afonso a partir do momento em que participa na recuperação de algumas praças murcianas entre 1243 e 1245. Nos anos subsequentes, até 1248 pelo menos, a actividade militar na fronteira é constante, com participações nas tomadas de Jaén e Sevilha, e ainda com a organização de um exército com o qual penetrou em Portugal na passagem de 1246 para 1247, para acorrer a um pedido de auxílio do rei português D. Sancho II. Neste contexto, somente uma análise atenta de toda a documentação da altura poderá esclarecer mais cabalmente se, apesar da itinerância motivada por estas acções guerreiras fronteiriças, o infante se demorou mais tempo junto do pai - eventualmente no paço orneia de Córdoba que o monarca privilegiou por estes anos ou num dos paços frequentados na viagem régia a terras do Norte entre 1241 e 1243 -, ou se, pelo contrário, se acolheu durante parte de cada ano a uma outra qualquer localidade,

(22) Explorei estes indicadores em A. Resende de Oliveira, "D. Afonso X, infante e trovador I. Coordenadas de uma ligação à Galiza", *Revista de Literatura Medieval*, vol. XXII, 2010, pp. 257-270.

(23) Sobre estes trovadores veja-se C. Alvar, *La Poesía Trovadoresca en España y Portugal*, Madrid, Cupsa Editorial, 1977, pp. 167 e 172-175, e Martin de Riquer, *Los Trovadores. Historia literaria y textos*, t. III, Barcelona, Ariel, 1983, n° LXXX e LXXXII.

porventura a Leão ou Salamanca, povoações adscritas à sua casa⁽²⁴⁾. Os anos terminais do reinado do pai, terão sido já passados em Sevilha, cidade acabada de conquistar e centro de uma região que se tornava necessário reorganizar política e administrativamente. Mas o casamento com D. Violante de Aragão, efectuado em Valhadolide em Janeiro de 1249, levou-o ainda às terras do Norte, estando documentado em Leão e na zona da fronteira navarro-aragonesa, onde se terá demorado alguns meses antes de regressar para junto do pai em Sevilha⁽²⁵⁾. Se nos inícios de 1252 se encontrava em Burgos, terá regressado a essa região ainda antes da morte de D. Fernando em 30 de Maio de 1252⁽²⁶⁾.

Embora longe de ser exaustivo, o índice documental organizado por Ballesteros Beretta na sua volumosa biografia do monarca permite-nos ter uma percepção aproximada e global da itinerância de D. Afonso X ao longo de todo o seu período de governo, isto é, entre 1252 e 1284. A uma primeira aproximação, e comparando-a com as deslocações dos reis portugueses, verifica-se que se afasta já do deambular constante que marcava o exercício do poder na Idade Média. É certo que o genro português - refiro-me a D. Afonso III - teve um longo período, concretamente os últimos nove anos do reinado, em que, com a excepção de uma deslocação a Santarém, praticamente não saiu de Lisboa. Mas para tal sedentarismo contribuiu de maneira decisiva uma doença que lhe terá afectado as articulações e lhe tolhia os movimentos⁽²⁷⁾. Com Afonso X, porém, apesar de alguns períodos de maior sedentarismo dos anos 70 e 80 poderem ser justificados por uma doença de que se terá igualmente ressentido, esses momentos prolongados de estadia num mesmo local mantêm-se ao longo de todo o reinado.

Verificam-se, desde logo, nos primeiros anos de governo, em que pouco se terá ausentado de Sevilha entre Junho de 1252 e os inícios de 1254. Parecia prosseguir, de algum modo, uma estratégia iniciada pelo pai nos inícios da década anterior, quando começou a usufruir, como locais

⁽²⁴⁾ O itinerário régio pode ser seguido através da documentação editada por Júlio González, *Reinado y Diplomas de Fernando III*, vol. III, Córdoba, 1986.

⁽²⁵⁾ Em finais de Maio encontrava-se em Agreda, onde prometia protecção à igreja de Calahorra. Cf. A. Ballesteros Beretta, *ob. cit.*, p. 1061.

⁽²⁶⁾ *Idem, ibidem*, p. 1062.

⁽²⁷⁾ João José Alves Dias, "Itinerário de D. Afonso III (1245-1279)", *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XV, 1980, p. 463.

da corte, dos paços existentes nas principais cidades muçulmanas que ia conquistando⁽²⁸⁾. Pelos inícios de 1254 abandona Sevilha para uma larga digressão pelo Norte. É um regresso, agora como rei, a muitos centros urbanos que conheceu anteriormente enquanto infante. Demora-se em Toledo e Murcia, e passa os últimos meses do ano e o início do seguinte em Burgos, onde reúne cortes e assiste ao casamento do herdeiro inglês com sua irmã Leonor. Entre 1255 e 1258, se exceptuar mos uma incursão em terras murcianas, mantém-se próximo da região do Douro, onde trata de assuntos de gestão corrente e de questões diplomáticas - recebendo, nomeadamente, a delegação de Pisa que lhe propõe a candidatura à coroa imperial -, onde cuida da administração do reino e onde reunirá novas cortes em Valhadolide. Neste périplo sobressaem, desde logo, três núcleos urbanos que o rei parece privilegiar, onde disporia seguramente de boas acomodações para a corte: Burgos, a velha capital do reino, Valhadolide e Segóvia.

Nos inícios de 1259 baixa a Toledo, cidade onde permanecerá mais de um ano aí realizando novas cortes. E no ano seguinte desce à Andaluzia passando por Córdova e estabelecendo-se em Sevilha, onde assiste mais de perto à preparação da frota que atacará Salé, na que será a única incursão de Castela no Norte de África. A maior parte da década seguinte será passada em Sevilha, que se transformará na cidade de eleição do Sábio. Aí permanecerá entre finais de 1260 e meados de 1265 e, mais intermitentemente, nos três anos seguintes, numa estadia em parte justificada pela revolta mudéjar que estalou em 1264 e implicou a organização de operações militares nos dois anos seguintes.

Em 1269 regressa ao Norte com nova passagem por Toledo. Em finais do ano celebra cortes em Burgos e assiste ao casamento do herdeiro, mantendo-se na cidade a maior parte do ano seguinte⁽²⁹⁾. Em 1271 continuarão as estadias prolongadas, desta vez em Múrcia onde se irá manter até meados de 1272, com encontros com o rei aragonês de

⁽²⁸⁾ Vêmo-lo, com efeito, a privilegiar o paço de Córdova em 1240-1241, em 1244-1245 e em 1246, com as intermitências resultantes de uma viagem ao Norte e da conquista de Jaén. Mas a partir de 1247 a sua atenção centrava-se na conquista de Sevilha, cidade onde acabará por se instalar, nela morrendo e sendo sepultado.

⁽²⁹⁾ Aproveitou os meses de Janeiro e Fevereiro para uma surtida a vários mosteiros da Rioja à procura de livros. Cf. H. Salvador Martínez, *oh. cit.*, p. 265.

permeio. Retorna ao Norte onde, com uma breve passagem por Toledo, permanecerá até à viagem a Beaucaire, próximo de Montpellier, para a entrevista com o Papa. Em 1276-77, sem Império e sem herdeiro, permanece no Norte efectuando mais uma longa estadia em Burgos (1277). Pelos finais do ano seguinte desee a Toledo onde se manterá até Abril do ano posterior. Depois será a chegada a Sevilha, onde se manterá, intermitentemente até meados de 1281, e em permanência até à sua morte em 1284⁽³⁰⁾.

Resumindo, teríamos o quadro seguinte:

1252-53: Sevilha

1254-60: Castela (por terras murcianas em 57; em Toledo em 59)

1260-69: Sevilha e Andaluzia (aqui sobretudo em 65-69)

1269-78: Castela sobretudo (Múrcia em 71-72; Beaucaire em 75)

1279-84: Sevilha e Andaluzia (aqui sobretudo em 79-81)

Esta digressão pela itinerância de D. Afonso X ao longo do seu reinado permite retirar algumas conclusões.

Em primeiro lugar, relativamente aos locais que privilegiou nas suas andanças. Contabilizando o tempo que se terá demorado nos principais paços de que dispunha, não estaremos muito longe da realidade ao afirmar que quase metade do reinado terá sido passado no seu paço sevilhano, de muito longe aquele que reuniu as suas preferências. Se outros mereceram também a sua atenção, o tempo que aí permaneceu distancia-se em excesso da estadia em Sevilha. Foi o que aconteceu em Burgos, Toledo e Múrcia, cidades onde prolongou estadias por períodos contínuos de um ano, apenas por uma vez nas duas últimas cidades, e onde a permanência em Burgos, a segunda cidade mais procurada, se terá cifrado, no total, em cerca de quatro anos (período de tempo aproximado, como todos os indicados). Num último patamar mencioná-mos ainda as povoações de Valhadolide, de Segóvia e de Córdova, onde a presença do monarca nunca foi tão dilatada mas se terá prolongado, no seu conjunto, para além de um ano ou perto disso⁽³¹⁾.

(30) Q "índice de documentos" que segui para esta digressão pela itinerância do Sábio agrupa perto de 1300 sumários de cartas em boa parte provenientes da chancelaria do monarca. Cf. A. Ballesteros Beretta, *ob. cit.*, pp. 1059-1130.

(31) Em anexo a este estudo integra-se um mapa que dá conta dos locais mais procurados pelo monarca. Notar-se-á que os grandes centros da itinerância, com

Mesmo pensando que a doença de que sofreu a partir de 1270 terá prolongado algumas estadias no seu percurso posterior ou que a sua presença em Sevilha pelos anos sessenta se deverá também à revolta a que teve de pôr cobro, nada parece justificar o sedentarismo de que Afonso X deu provas ao longo do seu reinado. Tanto mais que a década iniciada em 1272 terá sido, porventura das mais movimentadas quanto à itinerância régia.

O que nos leva a uma segunda reflexão suscitada por esta mesma itinerância: a ligação entre ela e as regiões onde se encontra o rei. Com efeito, até pelo que foi referido em relação a Sevilha, é facilmente perceptível a dualidade de comportamento do monarca quando se encontra na Andaluzia ou no Norte do reino. Enquanto na primeira, Sevilha deixa a outra grande cidade muçulmana, Córdoba, quase na obscuridade⁽³²⁾, na velha Castela, embora Burgos continue a ser privilegiada por Afonso X, parece sofrer uma mais forte concorrência por parte de Valhadolide e Segóvia, com o rei, por outro lado, a não esquecer cidades menos importantes como Sahagún, Medina del Campo, etc. É, sem dúvida, quando está na região do Douro, entre 1254 e 1260 e entre 1269 e 1278, que a deambulação da corte régia se manifesta com maior clareza. Esta discrepância terá a ver, apenas, com o facto de uma ainda recente incorporação da Andaluzia no reino ou com o problema da qualidade dos palácios encontrados, ou corresponderá, em vez disso, a uma opção deliberada e consciente do monarca por uma nova concepção, tão centralizada quanto as reformas que projectou, do exercício do poder? Não saberia responder sem uma análise mais detalhada da questão da itinerância régia castelhana e num quadro cronológico mais alargado, e, por outro lado, sem uma verificação atenta ao que se passava no lado muçulmano.

a excepção de Múrcia, se situavam num eixo central com orientação Norte-Sul delimitado pelos dois centros urbanos onde o monarca se demorou mais tempo: Burgos, a antiga capital, e Sevilha, que merecia agora a preferência régia. Era o resultado inevitável da afirmação de Castela no centro da península.

⁽³²⁾ Deixo de parte a presença do rei em Jerez, sobretudo entre 1267 e 1269, em virtude da sua ligação à campanha militar então desenvolvida e à necessidade de repovoamento da cidade e região. Cf. M. González Jiménez, *Alfonso X el Sabio*, caps. VI e VII.

Foi, de qualquer modo, nesta corte ainda itinerante que trovadores e jograis, de naturalidade galega, provençal, portuguesa, leonesa ou mesmo castelhana, foram acolhidos, quer em terras castelhanas quer andaluzas. Mesmo que nos faltem hoje os cenários onde difundiram as suas composições.

Na verdade, de acordo com os historiadores da Arte, pouco restará dos paços régios castelhanos tal como se apresentariam no tempo do Sábio. Se dos existentes nos castelos de Burgos, de Segóvia ou de outros também frequentados pelo monarca já nada ou quase nada restará para nos dar uma imagem fiel da sua configuração no século XIII, naqueles que terão beneficiado de maiores intervenções, como os de Córdova e de Sevilha, os novos palácios construídos nos séculos seguintes no mesmo local ou a reutilização com outros objectivos dos edifícios pré-existentes acabaram por alterar em maior ou menor grau as estruturas anteriores. Deste modo, no caso do palácio de Córdova, se se pode admitir que a torre dos Leões, um dos vestígios da campanha de obras que transformou o palácio orneia no palácio dos reis cristãos, terá sido um dos espaços preferidos do rei, as alterações posteriores de edifícios e jardins terão modificado significativamente os resultados das obras que o monarca terá levado a cabo no palácio por volta de 1275, para não falarmos já dos edifícios e jardins orneias. Outro tanto se terá verificado no alcácer de Sevilha, fruto das intervenções sucessivas dos reis posteriores, embora se reconheça que as estruturas resultantes das alterações introduzidas pelo rei - o chamado palácio gótico - se mantiveram.

De acordo com a descrição de Cómez Ramos o resultado final da intervenção de Afonso X teria sido:

"un núcleo rectangular integrado por cuatro grandes salones con bóvedas de crucería que se comunicaban entre sí, mientras que el salón principal tenía acceso directo al patio a través del andén [corredor, passeio] principal - el brazo largo del crucero - en lo que podríamos llamar jardín superior. La planta actual dibuja una U, aunque parece que originalmente existía un salón paralelo al principal y precedido de un pórtico que desaparecieron con la ruina ocasionada por el terremoto de 1755."⁽³³⁾, 33

⁽³³⁾ Rafael Cómez Ramos, "La monarquía castellana y el arte gótico", in Miguel Rodríguez Llopis (coord.), *Afonso X y su época*, p. 294.

Apesar das modificações sofridas, o salão gótico será talvez, dessas estruturas, uma das que melhor poderá transmitir a ambiência dos paços afonsinos e, em virtude disso, o cenário em que muitos trovadores cantaram as composições preservadas pelos cancioneiros⁽³⁴⁾ ³⁵.

3. Foi, portanto, em Sevilha, mas também em Burgos, Toledo, Múrcia, Valhadolide e Segóvia, ou em paços de menor valia ou ainda em cenário de acampamento militar - mais condizente com os anos em que essa actividade se impôs junto da corte régia -, que as canções dos trovadores ecoaram na corte castelhana. Sobre o ambiente trovadoresco que terá rodeado D. Afonso X quase poderíamos manifestar o mesmo espanto que Walter Map, quando se referiu à mutabilidade da corte inglesa:

"[...] a corte [...] mutável e vária, fixa e errática, nunca permanecendo num mesmo estado. Quando me afasto dela conheço-a perfeitamente, e quando volto a ela encontro pouco ou nada do que havia deixado; volto como um estranho e encontro-a diferente. A corte é a mesma, mas os seus membros mudaram. Somos, certamente, uma multidão infinita, inclinada a obter o prazer de uma só pessoa; hoje somos uma multidão, amanhã seremos outra; mas a corte não muda, é sempre a mesma."⁽³⁵⁾.

Na verdade, embora se deva admitir, para alguns autores, uma presença mais assídua junto do monarca - Pero da Ponte, nomeadamente, poderá tê-lo acompanhado entre as décadas de trinta e setenta⁽³⁶⁾ -, o grupo de trovadores atraído pela corte estaria em constante mutação, acomodando-se às diferentes conjunturas e actividades, militares, diplomáticas ou outras, que marcaram a corte castelhana, quer nos anos de juventude de D. Afonso, quer após a sua subida ao trono.

⁽³⁴⁾> Foi neste Alcácer sevilhano que Ballesteros Beretta, recorrendo a documentação diversa ou a algumas narrativas das *Cantigas de Santa Maria*, ensaiou uma reconstituição do quotidiano cortesão por volta de 1260. Nesta reconstituição não faltou a presença do meio jogralesco galego-português, aspecto a necessitar hoje, como se compreenderá, de uma revisão profunda. A. Ballesteros Beretta, *ob. cit.*, cap. VIII, sobretudo pp. 297-308 e 353-356.

⁽³⁵⁾ Citado a partir de Jesus D. Rodriguez Velasco, *Castigos para Celosos, Consejos para Juglares*, Madrid, Gredos, 1999, p. 16.

⁽³⁶⁾ Vicenç Beltrán, *La Corte de Babel. Lenguas, poética y política en la España del siglo XIII*, Madrid, Gredos, 2005, p. 183.

Mas a citação de Map é igualmente válida se pensarmos na dimensão do núcleo trovadoresco que sentimos junto do Sábio, desde o período da reconquista, a partir dos anos finais da década de trinta, até à sua reclusão em Sevilha nos inícios dos anos oitenta. Dando, é certo, à "multidão" mencionada por Map um sentido também metafórico, não podemos deixar de manifestar alguma perplexidade perante o número de trovadores e jograis que, de um modo mais permanente ou esporádico, estiveram na corte castelhana, beneficiando da magnanimidade do monarca.

O número, o período de actividade e a orientação política da produção dos compositores provençais foram já postos em relevo por Carlos Alvar, tornando-se desnecessário voltar ao tema⁽³⁷⁾. Relembriremos, apenas, a renovação da capacidade de atracção evidenciada pela corte castelhana - cerca de uma dezena de autores em três décadas, para além de outros que se referem nas suas composições ao monarca a propósito da eleição imperial -, depois do quase vazio (e algumas críticas também) das décadas anteriores; e também uma presença centrada no período em que Afonso X se envolveu na corrida à coroa imperial, tema sobre o qual se centrou parte significativa da produção que dedicaram ao monarca castelhano. Salientaria, enfim, a permanência de Guiraut Riquier ao longo de toda a década de setenta, e sobretudo a importância da sua *Supplicatio* ao rei em favor dos jograis, datada de 1274, ao qual o monarca terá respondido na *Declaratio* do ano seguinte, concretizando a hierarquização do meio jogralesco e esclarecendo, em última análise, a figura do segrel⁽³⁸⁾. E concluiria que, salvo as réplicas do rei a Arnaut Catalan, a At de Mons e a Guiraut Riquier, e as tentativas de Bonifácio Calvo no galego-português, a diferença linguística parece ter-se imposto como um obstáculo de peso a um maior contacto entre ambas as escolas.

⁽³⁷⁾ Alvar, *La Poesia Trovadoresca...*, cap. VIII; *Idem*, "Poesía e política en la corte alfonsí", *Cuadernos Hispanoamericanos*, vol. 410, 1984, pp. 5-20. Em apêndice inclui-se um quadro que integra os autores occitanicos que terão passado pela corte castelhana.

⁽³⁸⁾ Ao prescindirem de uma leitura atenta da *Declaratio* régia, os investigadores do século passado não puderam beneficiar durante um largo período desses esclarecimentos. Cf. A. Resende de Oliveira, "A Galiza e a cultura trovadoresca peninsular", *Revista de História das Ideias*, vol. 11, 1989, pp. 10-13.

Ao lado dos autores provengáís encontramos um núcleo bem mais nutrido de compositores peninsulares. O primeiro deles foi o próprio Sábio. Tanto quanto sabemos, a actividade trovadoresca do rei ter-se-á iniciado pelos finais dos anos trinta e mantido até aos últimos anos da sua vida, se a eles pudermos associar a composição *Non me posso pagar tanto*. Tal significa que a canção trovadoresca o acompanhou desde a juventude até ao período terminal do reinado, afirmando-se como a manifestação cultural a que se dedicou de um modo mais continuado⁽³⁹⁾. Para esta permanência do interesse por parte do monarca terá contribuído a presença na corte de um núcleo de trovadores e jograis que, de um modo talvez mais constante, o terá acompanhado, participando eventualmente em algumas das tarefas culturais por ele projectadas. Nesse grupo incluiríamos naturalmente o próprio herdeiro - de acordo com a proposta da sua identificação com o "senhor" que responde a Paio Gomes Charinho em *Ua pergunta vos quero fazer* -, e, tendo em conta os cargos que ocuparam ou as composições que deixaram, os seguintes autores⁽⁴⁰⁾:

Afonso Anes do Coton
Afonso Mendes de Besteiros
Airas Peres Vuitoron
Garcia Martins
Garcia Peres
Gil Peres Conde
Gonçalo Anes do Vinhal
João Airas de Santiago
João Baveca

⁽³⁹⁾ Independentemente de, como tem sido sugerido, o canto profano ter sofrido uma forte concorrência do canto mariano a partir da década de sessenta.

⁽⁴⁰⁾ Não sendo possível justificar individualmente a presença de cada autor nas listas que se seguem, permito-me remeter para os dados biográficos incluídos em A. Resende de Oliveira, *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*, Lisboa, Colibri, 1994. As composições, pelo tratamento de determinados temas satíricos ou pelo que revelam sobre o relacionamento de diferentes autores ou destes com o monarca, foram outro dos elementos tidos em consideração. Reúnem-se os resultados num quadro final, aberto a eventuais alterações futuras, dadas as dúvidas que permanecem quanto à integração de alguns autores.

João Vasques de Talaveira
Lourenço
Mem Rodrigues Tenoiro
Paio Gomes Charinho
Pedro Amigo de Sevilha
Pero de Ambroa
Pero da Ponte
Pero Garcia Burgalês
Pero Gomes Barroso
Rui Fernandes de Santiago
Vasco Peres Pardal.

Neste grupo de 22 autores misturam-se trovadores, jograis e um ou outro clérigo, de origens portuguesa, galega ou castelhana, mas irmanados por um mesmo acolhimento na corte castelhana, onde participaram em diferentes ciclos satíricos relacionados quer com personagens do próprio meio trovadoresco, como a famosa soldadeira Maria Peres Balteira, quer com acontecimentos político-militares de grande actualidade, como os relativos à revolta mudéjar. O rei participaria ele próprio em ambos os ciclos mencionados, embora mais atento e contundente no segundo, dada a gravidade militar do momento e as defecções verificadas no exército. De alguns está documentada uma presença mais assídua junto do monarca, doutros essa presença é sugerida pelas relações literárias estabelecidas nesse meio cortesão através da participação em temas que aí tiveram grande audiência.

De um terceiro conjunto de 24 autores, do qual subsistem indicações de uma idêntica presença na corte, é menos segura a permanência nela por períodos dilatados de tempo. Demandando a corte por questões militares ou diplomáticas, ou acompanhando os respectivos senhores, nela terão sido acolhidos mais esporadicamente, mas reflectindo, de qualquer modo, nas suas composições essa presença. Integram-no:

Afonso Lopes de Baião
Diego Pezelho
Estêvão Faião
Fernão Garcia Esgaravunha
Fernão Soares de Quinhones
Fernão Velho

Gomes García
João Garcia de Guilhade
João Nunes Camanês
João Peres de Aboim
João Servando
João Soares Coelho
Juião Bolseiro
Martim Moya
Martim Soares
Pedro Anes Solaz
Pero Anes Marinho
Pero de Armea
Pero Mafaldo
Pero Martins
Rui Martins
Rui Pais de Ribela
Rui Queimado
Vasco Gil de Soverosa

Grupo tão diversificado quanto o anterior, inclui alguns trovadores portugueses que se encontraram em Castela sobretudo pelos anos quarenta, antes do início do reinado de D. Afonso III, rei em cuja corte iremos posteriormente encontrar alguns deles. Uns quantos trovadores e jograis galegos e um ou outro clérigo ou trovador leones ou castelhano completam o quadro.

Para além deste núcleo com incursões mais esporádicas na corte autores há que, por falta de indicações claras nesse sentido, permanecem num patamar de maior incerteza. Devemos, de qualquer modo mencioná-los e esperar que o futuro os retire desta espécie de limbo para o qual os remetemos:

Airas Veaz
Bernai de Bonaval
Estêvão Reimondo
Fernão Froiaz
Lopo
Martim Anes Marinho
Nuno Anes Cerzeo

Nuno Fernandes Torneol
Ñuño Rodrigues de Candarei
Pero Gonçalves de Portocarreiro
Pero Guterres

Os números impressionam. Mesmo deixando de parte os casos mais duvidosos contabilizamos 56 compositores que passaram pela corte castelhana entre os anos quarenta e oitenta. Desses, 46 utilizaram o galego-português, o que significa que mais de um quarto dos tro vadores e jograis preservados pelos cancioneiros peninsulares estiveram, em algum momento da sua vida, junto do infante herdeiro ou na corte castelhana, compuseram aí alguns dos seus cantares, relacionaram-se com outros autores, ensaiaram tenções, enriqueceram enfim, o seu reportório e alteraram, talvez, a sua percepção sobre os textos que produziam.

Uma tentativa de resposta a esta dimensão da presença trovadoresca junto de Afonso X teria de passar, com certeza, pela identificação dos diferentes momentos dessa presença, dos seus períodos de maior actividade ou, pelo contrário, de menor fulgor, pelos temas aí abordados, naturalmente, e, quem sabe, voltar à velha questão de saber se as recolhas marianas, iniciadas pelos anos sessenta, corresponderam, da parte do rei trovador, a um deslocamento efectivo para um campo mais religioso, como parece ser anunciado pelo célebre prólogo B das *Cantigas de Santa Maria*. De momento, se conhecemos o escalonamento no tempo da presença da maior parte dos autores occitânicos, as dúvidas que ainda permanecem sobre a cronologia, quer de algumas das composições do monarca, quer de núcleos satíricos produzido na corte, não ajudam a esclarecer os ritmos de produção da mesma, dificultando uma qualquer leitura da evolução do meio trovadoresco em ligação com as diferentes etapas do reinado do Sábio que delimitámos no início. E possível, no entanto, e em termos mais gerais, tentar apreender o significado dos cantares e a função que era suposto terem, ou pelo menos que o próprio rei lhes atribuía. Ele refere-se, de facto, a eles numa bem conhecida lei das *Siete Partidas*:

“Alegrías y ha otras sin las que diximos en las leyes ante desta, que fueron falladas, para tomar orne conorte en los cuydados, e en los pesares quando los oviese. E estas son oyr cantares, e sones, de instrumentos, e jugar axedrez, o tablas, o outros juegos semejantes destes. E esso mesmo

dezimos de las estorias, e de los romances, e de los otros libros, que fablan de aquellas cosas, de que los ornes reciben alegría e plazer [...]. Ca los cantares no fueron fechos sinon por alegría, de manera que reciban dellos plazer, e pierdan los cuy dados"⁽⁴¹⁾.

A lei em causa intitulava-se "De que alegría deve el Rey usar a las vegadas para tomar conorte en los pesares e en las cuytas" e inseria a canção trovadoresca num conjunto de práticas cortesãs que surgiam como espaços de lazer destinados ao alívio das canseiras da governação. Este novo enquadramento da actividade trovadoresca galego-portuguesa, que chegara, havia pouco, às cortes régias, não deixaria de ter incidências na própria produção dos trovadores. Aproveito uma referência final à obra de D. Afonso X para uma primeira aproximação às mutações do movimento trovadoresco galego-português no seu contacto com a corte castelhana, corte que contribuiu decisivamente para a dimensão peninsular que ele acabou por possuir.

Constituída por 41 composições⁽⁴²⁾ e pela participação em três ou quatro tenções iniciadas por outros autores⁽⁴³⁾ - bem como pela resposta a uma súplica de Guiraut Riquier em nome dos jograis -, a obra do Sábio está nos antípodas de uma produção onde a temática amorosa se mantinha dominante, reflectindo ainda as condicionantes sociológicas da difusão do canto trovadoresco⁽⁴⁴⁾ ⁴⁵. Dessa temática sobrevivem na obra do rei apenas 4 cantigas de amor e uma cantiga de amigo, a célebre *Ai eu coitada^m*, o que significa que ela apresentava já um carácter claramente

⁽⁴¹⁾ *Las Siete Partidas*, ed. Gregorio López, Salamanca, 1555, Segunda partida, título V, lei 21.

⁽⁴²⁾ Na realidade 40, se se considerar que *Joham Rodriguiz, vejo vos queixar* é o primeiro verso de uma composição acéfala incluída no Cancioneiro da Vaticana (V61).

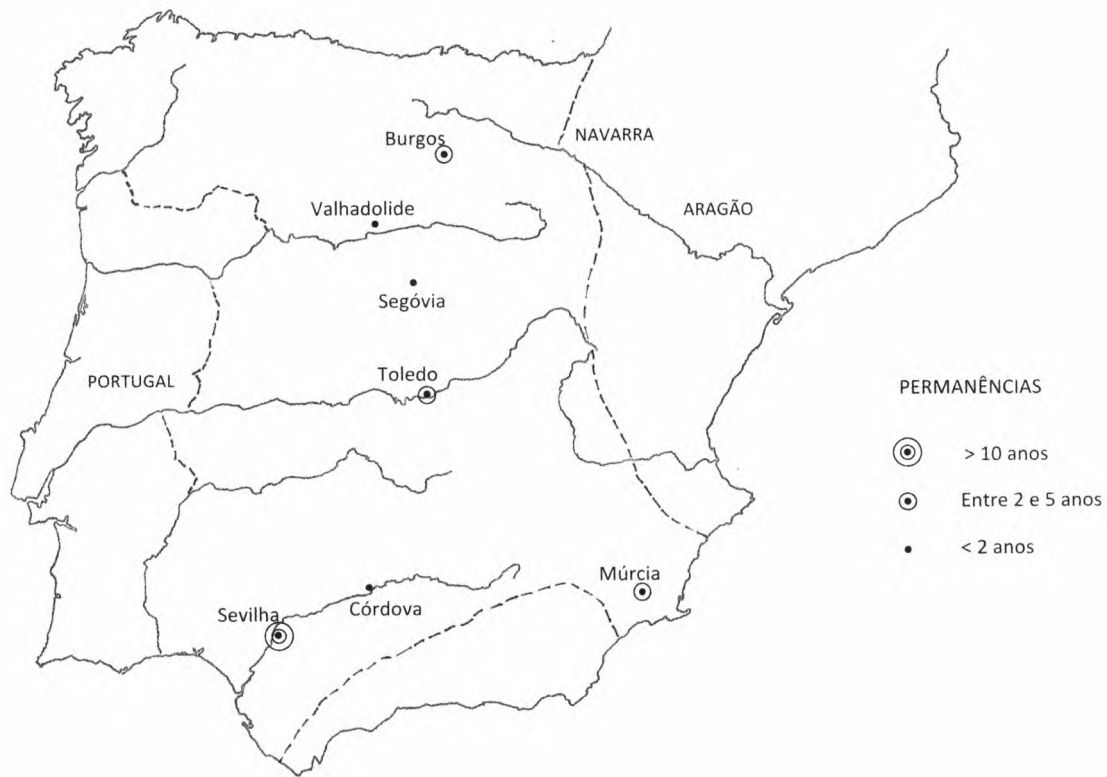
⁽⁴³⁾ A dúvida reside na identificação ou não com o monarca, do "senhor" a quem se dirige Paio Gomes Charinho em *Hua pergunta vos quero fazer*. Justifiquei já a proposta de identificação deste senhor com D. Fernando de la Cerda, o filho e herdeiro do monarca. Cf. A. Resende de Oliveira, *Depois do Espectáculo...*, p. 401.

⁽⁴⁴⁾ A. Resende de Oliveira, "A mulher e as origens da cultura trovadoresca no Ocidente peninsular", in *O Trovador Galego-Português e o seu Mundo*, Lisboa, Editorial Notícias, 2001, pp. 23-34.

⁽⁴⁵⁾ Uma segunda, *Falavan duas irmanas*, incompleta, tem sido integrada nas compilações de cantigas de escárnio e de maldizer.

residual. Aos géneros amorosos D. Afonso preferira decididamente o satírico, um indicador, por certo, das transformações que se estavam a operar na canção trovadoresca galego-portuguesa na sua passagem das cortes senhoriais, onde tinha surgido, para urna corte régia estranha ao ambiente inicial da afirmação desta manifestação cultural no Noroeste peninsular. Na verdade, mais do que nas questões familiares que se jogavam na elevação trovadoresca da mulher, o rei castelhano parecia apostado numa utilização mais didáctica do canto trovadoresco, que reflectisse os valores cortesãos que pretendia inculcar, em ligação com a actividade cultural ingente que prosseguiu ao longo de todo o reinado. Esta utilização, como é notório, dava uma outra projecção a um grupo de cantares até então pouco frequentado, mas que rapidamente se afirmaria na corte. Refiro-me, como é óbvio, àquela que virá a ser conhecida como "cantiga de escárnio e maldizer", que se preparava para ver essa projecção rapidamente confirmada nos primeiros cancioneiros colectivos.

Itineranda de D. Afonso X: os principais lugares da Corte



Os Trovadores na Corte de Afonso X
(abordagem preliminar, 7.2010)

Galego-portugueses			Provençais
(em estudo)	estadia(s)	maiores permanências	
Airas Veaz	Afonso Lopes de Baião	D. Afonso X	Arnaut Catalan
Bernal de Bonaval	Diego Pezelho	Afonso Anes do Coton	Bonifacio Calvo (52-54)
Estêvão Reimondo	Estêvão Faião	Afonso Mendes de Besteiros	? G. de Montanhagol (53-58)
Fernão Froiaz	Fernão Garcia Esgaravunha	Airas Peres Vuitoron	? Bertrán d'Alamanon (60-65)
Lopo	Fernão Soares de Quinhones	Fernando de la Cerda	? Paulet de Marselha (62-66)
Martim Anes Marinho	Fernão Velho	Garcia Martins	At de Mons (entre 66 e 75)
Nuno Anes Cerzeo	Gomes Garcia	Garcia Peres	Cerverí de Girona (69)
Nuno Fernandes Torneol	João Garcia de Guilhade	Gil Peres Conde	Folquet de Lunel (69)
Nuno Rodrigues de Candarei	João Nunes Camanês	Gonçalo Anes do Vinhal	Guiraut Riquier (70-80)
Pero Gonç. de Portocarreiro	João Peres de Aboim	João Airas de Santiago	? Pons Barba
Pero Guterres	João Servando	João Baveca	
	João Soares Coelho	João Vasques de Talaveira	
	Juião Bolseiro	Lourenço	
	Martim Moya	Mem Rodrigues Tenoiro	
	Martim Soares	Paio Gomes Charinho	
	Pedro Anes Solaz	Pedro Amigo de Sevilla	
	Pero Anes Marinho	Pero da Ponte	
	Pero de Armea	Pero de Ambroa	
	Pero Mafaldo	Pero Garcia Burgalês	
	Pero Martins	Pero Gomes Barroso	
	Rui Martins	Rui Fernandes de Santiago	
	Rui Pais de Ribela	Vasco Peres Pardal	
	Rui Queimado		
	Vasco Gil		